

Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2024
(da Sra. Daiana Santos)

Requer a realização do encontro da Rede pela Prevenção e Enfrentamento da Violência Política de Gênero e Raça (VPGR) nas Eleições de 2024

Requeiro, com fundamento nos artigos 24, Inciso XIII, e 32, Inciso VIII, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a realização pela Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados de Seminário a respeito da Rede pela Prevenção e Enfrentamento da Violência Política de Gênero e Raça (VPGR) nas Eleições de 2024.

Para tanto convidamos as seguintes representações:

- Representação do Instituto E Se Fosse Você
- Representante do Observatório Nacional da Mulher na Política (OBMP)
- Representante do Grupo de Trabalho de Prevenção e Combate à Violência Política de Gênero da Procuradoria-Geral Eleitoral - Ministério Público Federal (MPF)
- Representante do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para elaboração da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres, sob a coordenação do Ministério das Mulheres
- Representantes das Ouvidorias da Mulher dos Tribunais Regionais Eleitorais
- Representante da Frente Parlamentar de Combate à Violência Política de Gênero da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (Alece)
- Representante Frente Parlamentar contra a Violência Política de Gênero na Assembleia Legislativa do RS
- Representante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem) - FAFICH - UFMG
- Representantes das presidências dos partidos políticos
- Representante do Instituto Marielle Franco
- Representante da ONU Mulheres



JUSTIFICAÇÃO

A violência política de gênero e raça (VPGR) configura-se como um conjunto de práticas que visam silenciar, intimidar e excluir mulheres, pessoas negras e indígenas dos espaços de poder e decisão. Ela se manifesta de diversas formas, desde as mais sutis, como o descrédito e a invisibilidade, até as mais graves, como a violência física e o feminicídio.

Estudos mostram que um número considerável de mulheres eleitas sofrem assédio, violência e intimidação por causa do gênero. No Censo das Prefeitas Brasileiras (Mandato 2021-2024), pesquisa realizada pelo Instituto Alziras, as prefeitas entrevistadas afirmaram que os principais obstáculos para ser mulher na política são a falta de recursos para a campanha, o desmerecimento do seu trabalho e das suas falas, o assédio e violência no espaço público e a falta de espaço na mídia em comparação com os políticos homens. Ainda, a maioria das prefeitas indicou que já sofreu assédio ou violência política pelo fato de ser mulher, mas que 1 em cada 2 prefeitas não registrou queixas ou boletins de ocorrência, em especial por não acreditarem na eficácia da apuração das denúncias sobre esse tipo de violência.

Ainda, no Censo das Prefeitas Eleitas, constatou-se que as violências mais frequentes na campanha de 2020 por quais passaram foram a divulgação de informações falsas; ataques, ofensas e discursos de ódio nas redes sociais e presenciais, bem como os constrangimentos em função da vida afetiva, sexual e familiar. Dados que revelam que os fenômenos da violência política de gênero facilitada pela internet e da desinformação de gênero são dinâmicas que atingem a possibilidade das mulheres exercerem os seus direitos políticos, seja como aspirantes, candidatas ou eleitas.

Frente a esse cenário dos ataques e violências da misoginia em rede em que as mulheres na política vivem, a pesquisa “A vida das mulheres não vale uma postagem”, realizada pelo Instituto E Se Fosse Você, ainda traz elementos mais assustadores, já que constatou que, quando as parlamentares mulheres são atacadas pelas redes sociais, as interações dos e das parlamentares, colegas nas casas legislativas, com as denúncias tornadas públicas pelas parlamentares ameaçadas é o de silêncio ou omissão. A grande maioria não posta nenhuma publicação de apoio ou solidariedade. Assim, de um lado, configura-se o “silêncio dos outros” que não sofrem os ataques e as ameaças, ou seja, o posicionamento de não falar sobre o assunto, tendo como efeito a impossibilidade de alçar o tema à problema público e, de outro lado, a solidão e o aprisionamento das mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+ envolvidas diretamente na política na agenda dos criminosos que as atacam, as



querem marginalizadas dos processos políticos e, inclusive, as querem desumanizadas e mortas.

Nesse sentido, o Encontro da Rede pela Prevenção e Enfrentamento da Violência Política de Gênero e Raça (VPGR) nas Eleições de 2024 pretende mobilizar as instituições competentes, as organizações partidárias e as organizações da sociedade civil para o chamado a ações de impacto para o suporte e o acolhimento das candidatas mulheres, negras e LGBTQIA+ durante o período eleitoral de 2024.

Sala das Comissões, de março de 2024.

DAIANA SANTOS
Deputada Federal
PCdoB/RS

